



ESTADO DE ALAGOAS
MUNICÍPIO DE SANTANA DO IPANEMA
DIRETORIA DE LICITAÇÕES E CONTRATOS PÚBLICOS

Anexo I

Termo de Referência

(Processo Administrativo nº 06.10.0044/2024)

1. CONDIÇÕES GERAIS

1.1. Registro de preços para aquisição de material correlatos, nos termos da tabela abaixo, conforme condições e exigências estabelecidas neste instrumento.

LOTE	ESPECIFICAÇÃO	UNIDADE DE MEDIDA	QUANTIDADE
1	ABAIXADOR LÍNGUA, MADEIRA, 14 CM, TIPO ESPÁTULA, 1,50CM, 2 MM (PACOTE COM 100 UNIDADES) (LOTE EXCLUSIVO, LEI 123/06)	PACOTE	600
2	ÁCIDOS GRAXOS ESSENCIAIS SOLUÇÃO 200 ML (PARA CURATIVOS) (LOTE EXCLUSIVO, LEI 123/06)	FRASCO	4.500
3	ADAPTADOR (PARA FRASCOS E SOLUÇÕES) (LOTE EXCLUSIVO, LEI 123/06)	UND.	3.000
4	AGULHA DESCARTÁVEL, AÇO INOXIDÁVEL, 4 MM, 32 G, CANETA APLICADORA DE INSULINA, ESTÉRIL, EMBALAGEM INDIVIDUAL (COTA PRINCIPAL)	UND.	450.000
5	AGULHA DESCARTÁVEL, AÇO INOXIDÁVEL, 4 MM, 32 G, CANETA APLICADORA DE INSULINA, ESTÉRIL, EMBALAGEM INDIVIDUAL (COTA RESERVADA DO LOTE 04, LEI 123/06)	UND.	150.000
6	AGULHA DESCARTÁVEL, INOX, 25 X 7, C/PROTETOR PLÁSTICO, IDENT. COR UNIVERSAL, HIPODÉRMICA, CURTO, TRIFACETADO, C/ PAREDES FINAS, ESTÉRIL, ATÓXICA, SILICONIZADA (LOTE EXCLUSIVO, LEI 123/06)	UND.	60.000
7	AGULHA HIPODÉRMICA, 13 X 0,45 AÇO INOXIDÁVEL SILICONIZADO, 26 G X 1/2", BISEL CURTO TRIFACETADO, CONECTOR LUER LOCK EM PLÁSTICO, PROTETOR PLÁSTICO, COM SISTEMA SEGURANÇA SEGUNDO NR/32, ESTÉRIL, DESCARTÁVEL, EMBALAGEM INDIVIDUAL. (LOTE EXCLUSIVO, LEI 123/06)	UND.	60.000
8	AGULHA HIPODÉRMICA, 20 X 0,55 AÇO INOXIDÁVEL SILICONIZADO, 24 G X 3/4", BISEL CURTO TRIFACETADO, CONECTOR LUER LOCK EM PLÁSTICO, PROTETOR PLÁSTICO, COM SISTEMA SEGURANÇA SEGUNDO NR/32, ESTÉRIL, DESCARTÁVEL, EMBALAGEM INDIVIDUAL. (LOTE EXCLUSIVO, LEI 123/06)	UND.	30.000
9	AGULHA HIPODÉRMICA, 25 X 0,8 AÇO INOXIDÁVEL SILICONIZADO, 21 G X 1", BISEL CURTO TRIFACETADO,	UND.	30.000



ESTADO DE ALAGOAS
MUNICÍPIO DE SANTANA DO IPANEMA
DIRETORIA DE LICITAÇÕES E CONTRATOS PÚBLICOS

	CONECTOR LUER LOCK EM PLÁSTICO, PROTETOR PLÁSTICO, COM SISTEMA SEGURANÇA SEGUNDO NR/32, ESTÉRIL, DESCARTÁVEL, EMBALAGEM INDIVIDUAL. (LOTE EXCLUSIVO, LEI 123/06)		
10	AGULHA, HIPODÉRMICA, 30 X 7, CORPO EM AÇO INÓX SILICONIZADO, BISEL CURTO TRIFACETADO, CONECTOR EM PLÁSTICO LUER, PROTETOR PLÁSTICO, ESTÉRIL, DESCART. (LOTE EXCLUSIVO, LEI 123/06)	UND.	24.000
11	AGULHA, HIPODÉRMICA, 30 X 8, CORPO EM AÇO INÓX SILICONIZADO, BISEL CURTO TRIFACETADO, CONECTOR EM PLÁSTICO LUER, PROTETOR PLÁSTICO, ESTÉRIL, DESCART. (LOTE EXCLUSIVO, LEI 123/06)	UND.	30.000
12	AGULHA, HIPODÉRMICA, 40 X 12, CORPO EM AÇO INÓX SILICONIZADO, BISEL CURTO TRIFACETADO, CONECTOR EM PLÁSTICO LUER, PROTETOR PLÁSTICO, ESTÉRIL, DESCART. (LOTE EXCLUSIVO, LEI 123/06)	UND.	24.000
13	ÁLCOOL ETÍLICO 70% GEL 500ML (COTA PRINCIPAL)	UND.	8.000
14	ÁLCOOL ETÍLICO 70% GEL 500ML (COTA RESERVADA DO LOTE 13, LEI 123/06)	UND.	2.000
15	ÁLCOOL ETÍLICO 70% SOLUÇÃO 1L (COTA PRINCIPAL)	LITRO	6.000
16	ÁLCOOL ETÍLICO 70% SOLUÇÃO 1L (COTA RESERVADA DO LOTE 15, LEI 123/06)	LITRO	2.000
17	ALGODÃO, HIDRÓFILO, 500 G, SANFONADO, BRANCA. (LOTE EXCLUSIVO, LEI 123/06)	PACOTE	1.200
18	ATADURA, CREPOM, 100% ALGODÃO, 10 CM, 180 CM, EM REPOUSO, 13 FIOS UN/CM², EMBALAGEM INDIVIDUAL. (LOTE EXCLUSIVO, LEI 123/06)	UND.	80.000
19	ATADURA, CREPOM, 100% ALGODÃO, 12 CM, 180 CM, EM REPOUSO, 13 UN/CM², EMBALAGEM INDIVIDUAL. (COTA PRINCIPAL)	UND.	45.000
20	ATADURA, CREPOM, 100% ALGODÃO, 12 CM, 180 CM, EM REPOUSO, 13 UN/CM², EMBALAGEM INDIVIDUAL. (COTA RESERVADA DO LOTE 19, LEI 123/06)	UND.	15.000
21	ATADURA, CREPOM, 100% ALGODÃO, 15 CM, 180 CM, 30G, EMBALAGEM INDIVIDUAL (LOTE EXCLUSIVO, LEI 123/06)	UND.	90.000
22	AVENTAL DESCARTÁVEL USO HOSPITALAR, 40 G/M², MANGA LONGA, PUNHO COM ELÁSTICO, BRANCA, TAMANHO ÚNICO, TNT 100% POLIPROPILENO. (COTA PRINCIPAL)	UND.	9.000
23	AVENTAL DESCARTÁVEL USO HOSPITALAR, 40 G/M², MANGA LONGA, PUNHO COM ELÁSTICO, BRANCA, TAMANHO ÚNICO, TNT 100% POLIPROPILENO. (COTA RESERVADA DO LOTE 22, LEI 123/06)	UND.	3.000
24	BOLSA DE COLOSTOMIA ADULTO, SISTEMA UMA PEÇA	CX	400



ESTADO DE ALAGOAS
MUNICÍPIO DE SANTANA DO IPANEMA
DIRETORIA DE LICITAÇÕES E CONTRATOS PÚBLICOS

	DRENÁVEL, PLÁSTICO ANTIDOR, OPACA, COM FILTRO DE CARVÃO ATIVADO, RESINA SINTÉTICA RECORTÁVEL 60 MM, SEM ADESIVO MICROPOROSO, CLAMP DE FECHAMENTO INDIVIDUAL. CAIXA COM 10 UNIDADES. (COTA PRINCIPAL)		
25	BOLSA DE COLOSTOMIA ADULTO, SISTEMA UMA PEÇA DRENÁVEL, PLÁSTICO ANTIDOR, OPACA, COM FILTRO DE CARVÃO ATIVADO, RESINA SINTÉTICA RECORTÁVEL 60 MM, SEM ADESIVO MICROPOROSO, CLAMP DE FECHAMENTO INDIVIDUAL. CAIXA COM 10 UNIDADES. (COTA RESERVADA DO LOTE 24, LEI 123/06)	CX	100
26	BOLSA DE COLOSTOMIA/ILEOSTOMIA DE UMA PEÇA, DRENÁVEL, OPACA, RECORTÁVEL 19-64MM. CÓDIGO: 22773; DESCRIÇÃO: ACTIVE LIFE; CAIXA COM 10 UNIDADES. PACIENTE APRESENTA ALERGIA SEVERA, LEBANDO A QUEIMADURAS DE 2 E 3 GRAU AS DEMAIS MARCAS.(COTA PRINCIPAL)	CX	300
27	BOLSA DE COLOSTOMIA/ILEOSTOMIA DE UMA PEÇA, DRENÁVEL, OPACA, RECORTÁVEL 19-64MM. CÓDIGO: 22773; DESCRIÇÃO: ACTIVE LIFE; CAIXA COM 10 UNIDADES. PACIENTE APRESENTA ALERGIA SEVERA, LEBANDO A QUEIMADURAS DE 2 E 3 GRAU AS DEMAIS MARCAS. (COTA RESERVADA DO LOTE 26, LEI 123/06)	CX	100
28	CATETER INTRAVENOSO 16 G, VIALON OU POLIURETANO, PERIFÉRICO, C/ AGULHA, BISEL TRIFACETADO, SILICONIZADO, CÂMARA REFLUXO, RADIOPACO, ESTÉRIL. (LOTE EXCLUSIVO, LEI 123/06)	UND.	2.400
29	CATETER INTRAVENOSO 18 G, VIALON OU POLIURETANO, PERIFÉRICO, C/ AGULHA, BISEL TRIFACETADO, SILICONIZADO, CÂMARA REFLUXO, RADIOPACO, ESTÉRIL. (LOTE EXCLUSIVO, LEI 123/06)	UND.	3.600
30	CATETER INTRAVENOSO 20 G, VIALON OU POLIURETANO, PERIFÉRICO, C/ AGULHA, BISEL TRIFACETADO, SILICONIZADO, CÂMARA REFLUXO, RADIOPACO, ESTÉRIL. (LOTE EXCLUSIVO, LEI 123/06)	UND.	3.600
31	CATETER INTRAVENOSO 22 G, VIALON OU POLIURETANO, PERIFÉRICO, C/ AGULHA, BISEL TRIFACETADO, SILICONIZADO, CÂMARA REFLUXO, RADIOPACO, ESTÉRIL. (LOTE EXCLUSIVO, LEI 123/06)	UND.	12.000
32	CATETER INTRAVENOSO 24 G, VIALON OU POLIURETANO, PERIFÉRICO, C/ AGULHA, BISEL TRIFACETADO, SILICONIZADO, CÂMARA REFLUXO, RADIOPACO, ESTÉRIL. (LOTE EXCLUSIVO, LEI 123/06)	UND.	12.000
33	CATETER OXIGENOTERAPIA, PVC, TIPO ÓCULOS, ADULTO, ESTÉRIL. (LOTE EXCLUSIVO, LEI 123/06)	UND.	2.000



ESTADO DE ALAGOAS
MUNICÍPIO DE SANTANA DO IPANEMA
DIRETORIA DE LICITAÇÕES E CONTRATOS PÚBLICOS

34	CATETER PERIFÉRICO, VENOSO, TIPO ESCALPE, AGULHA AÇO INOX, 23 GAU, C/ ASA DE FIXAÇÃO, TUBO EXTENSOR, CONECTOR PADRÃO C/ TAMPA, ESTÉRIL, DESCARTÁVEL, EMBALAGEM INDIVIDUAL. (LOTE EXCLUSIVO, LEI 123/06)	UND.	15.000
35	CATETER PERIFÉRICO, VENOSO, TIPO ESCALPE, AGULHA AÇO INOX, 21 GAU, C/ ASA DE FIXAÇÃO, TUBO EXTENSOR, CONECTOR PADRÃO C/ TAMPA, C/ SISTEMA SEGURANÇA SEGUNDO NR/32, ESTÉRIL, DESCARTÁVEL, EMBALAGEM INDIVIDUAL. (LOTE EXCLUSIVO, LEI 123/06)	UND.	3.600
36	CATETER PERIFÉRICO, VENOSO, TIPO ESCALPE, AGULHA AÇO INOX, 25 GAU, C/ ASA DE FIXAÇÃO, TUBO EXTENSOR, CONECTOR PADRÃO C/ TAMPA, C/ SISTEMA SEGURANÇA SEGUNDO NR/32, ESTÉRIL, DESCARTÁVEL, EMBALAGEM INDIVIDUAL. (LOTE EXCLUSIVO, LEI 123/06)	UND.	7.200
37	CATETER PERIFÉRICO, VENOSO, TIPO ESCALPE, AGULHA AÇO INOX, 27 GAU, C/ ASA DE FIXAÇÃO, TUBO EXTENSOR, CONECTOR PADRÃO C/ TAMPA, C/ SISTEMA SEGURANÇA SEGUNDO NR/32, ESTÉRIL, DESCARTÁVEL, EMBALAGEM INDIVIDUAL. (LOTE EXCLUSIVO, LEI 123/06)	UND.	1.000
38	COLETOR DE URINA, PVC, SISTEMA FECHADO, CERCA DE 2000 ML, GRADUAÇÃO DE 100 EM 100 ML, VÁLVULA ANTI-REFLUXO, CLAMP CORTA FLUXO, ALÇA DE SUSTENTAÇÃO, MEMBRANA AUTOCICATRIZANTE, ESTÉRIL. (LOTE EXCLUSIVO, LEI 123/06)	UND.	5.000
39	COLETOR UNIVERSAL 50 ML. (LOTE EXCLUSIVO, LEI 123/06)	UND.	12.000
40	COLETOR MATERIAL PÉRFURO-CORTANTE, PAPELÃO, 13 L, ALÇAS RÍGIDAS E TAMPA, REVESTIMENTO INTERNO EM POLIETILENO ALTA DENSIDADE, DESCARTÁVEL. (LOTE EXCLUSIVO, LEI 123/06)	UND.	3.000
41	COMPRESSA GAZE, TECIDO 100% ALGODÃO, 13 FIOS/CM2, COR BRANCA, ISENTA DE IMPUREZAS, 8 CAMADAS, 7,50 CM, 7,50 CM, 5 DOBRAS, DESCARTÁVEL (PACOTE COM 10 UNIDADES). (COTA PRINCIPAL)	PACOTE	225.000
42	COMPRESSA GAZE, TECIDO 100% ALGODÃO, 13 FIOS/CM2, COR BRANCA, ISENTA DE IMPUREZAS, 8 CAMADAS, 7,50 CM, 7,50 CM, 5 DOBRAS, DESCARTÁVEL (PACOTE COM 10 UNIDADES). (COTA RESERVADA DO LOTE 41, LEI 123/06)	PACOTE	75.000
43	COMPRESSA GAZE, TECIDO 100% ALGODÃO, TIPO QUEIJO, COR BRANCA, ISENTA DE IMPUREZAS, 9 FIOS/CM2, 91 CM, 91 M, 8 DOBRAS, EMBALAGEM PLÁSTICA INDIVIDUAL. (COTA PRINCIPAL)	ROLO	2.500
44	COMPRESSA GAZE, TECIDO 100% ALGODÃO, TIPO QUEIJO, COR BRANCA, ISENTA DE IMPUREZAS, 9 FIOS/CM2, 91 CM, 91 M, 8 DOBRAS, EMBALAGEM PLÁSTICA INDIVIDUAL. (COTA RESERVADA DO LOTE 43, LEI 123/06)	ROLO	500



ESTADO DE ALAGOAS
MUNICÍPIO DE SANTANA DO IPANEMA
DIRETORIA DE LICITAÇÕES E CONTRATOS PÚBLICOS

45	CURATIVO, HIDROCOLÓIDE, POLIURETANO, REVESTIDO COM ALGINATO DE CÁLCIO E CARMELOSE, CERCA DE 10 X 10 CM, SEMI PERMEÁVEL, NÃO ADERENTE, ESTÉRIL, USO ÚNICO, EMBALAGEM INDIVIDUAL. (LOTE EXCLUSIVO, LEI 123/06)	UND.	1.500
46	CURATIVO, HIDROGEL, COM ALGINATO DE CÁLCIO E SÓDIO E CARMELOSE, GEL, ESTÉRIL, BISNAGA 85 G. (LOTE EXCLUSIVO, LEI 123/06)	UND.	1.500
47	EQUIPO MACROGOTAS COM CÂNULA GRADUADA (EQUIPO COM BURETA DE 150 ML) EM PVC TRANSPARENTE COM INJETOR LATERAL DE 1,35 M UTILIZADO PARA INFUSÃO DE LÍQUIDOS INJETÁVEIS EM VIAS ENTERAIS OU PARENTERAIS. CÂNULA COM GRADUAÇÃO DE 150 ML. (LOTE EXCLUSIVO, LEI 123/06)	UND.	6.000
48	ESCOVA ENDOCERVICAL, PLÁSTICO, MICROCERDAS EM NYLON. (LOTE EXCLUSIVO, LEI 123/06)	UND.	50.000
49	ESFIGMOMANÔMETRO, AJUSTE ANALÓGICO, ANERÓIDE, FAIXA DE OPERAÇÃO ATÉ 300, MATERIAL BRAÇADEIRA BRAÇADEIRA EM TECIDO, TIPO FECHO FECHO EM VELCRO, TAMANHO ADULTO - KIT. (LOTE EXCLUSIVO, LEI 123/06)	UND.	500
50	ESPAÇADOR PARA USO EM MEDICAMENTOS AEROSÓIS. (LOTE EXCLUSIVO, LEI 123/06)	UND.	300
51	ESPARADRAPO, 10CM, 4,50 M, IMPERMEÁVEL, ALGODÃO. (LOTE EXCLUSIVO, LEI 123/06)	UND.	6.000
52	ESPÁTULA AYRES, 18 CM, DESCARTÁVEL (PACOTE COM 100 UNIDADES). (LOTE EXCLUSIVO, LEI 123/06)	PACOTE	2.400
53	ESPÉCULO VAGINAL, GRANDE, POLIETILENO, ESTÉRIL, DESCARTÁVEL, SEM LUBRIFICAÇÃO. (COTA PRINCIPAL)	UND.	15.000
54	ESPÉCULO VAGINAL, GRANDE, POLIETILENO, ESTÉRIL, DESCARTÁVEL, SEM LUBRIFICAÇÃO. (COTA RESERVADA DO LOTE 53, LEI 123/06)	UND.	5.000
55	ESPÉCULO VAGINAL, MÉDIO, POLIETILENO, ESTÉRIL, DESCARTÁVEL, SEM LUBRIFICAÇÃO. (LOTE EXCLUSIVO, LEI 123/06)	UND.	20.000
56	ESPÉCULO VAGINAL, PEQUENO, POLIETILENO, ESTÉRIL, DESCARTÁVEL, SEM LUBRIFICAÇÃO. (LOTE EXCLUSIVO, LEI 123/06)	UND.	20.000
57	ESTETOSCÓPIO, ADULTO, PRECORDIAL, 2 CAMPÂNULAS. (LOTE EXCLUSIVO, LEI 123/06)	UND.	100
58	ÉTER DIETÍLICO DILUÍDO, SOLUÇÃO ALCÓOLICA A 35%, 1000 ML. (LOTE EXCLUSIVO, LEI 123/06)	LITRO	50
59	FIO DE SUTURA, NYLON MONOFILAMENTO 3-0, PRETO, 45 CM, COM AGULHA 3/8 CÍRCULO TRG, 2,5 CM, ESTÉRIL. (LOTE EXCLUSIVO, LEI 123/06)	UND.	3.000



ESTADO DE ALAGOAS
MUNICÍPIO DE SANTANA DO IPANEMA
DIRETORIA DE LICITAÇÕES E CONTRATOS PÚBLICOS

60	FIO DE SUTURA, NYLON MONOFILAMENTO 4-0, INCOLOR, 45 CM, COM AGULHA 3/8 CÍRCULO CORTANTE, 2 CM, ESTÉRIL. (LOTE EXCLUSIVO, LEI 123/06)	UND.	4.800
61	FITA ADESIVA HOSPITALAR, MICROPOROSA, NÃO TECIDO DE VISCOSE RAYON, BRANCA, 100 MM X 10 M, C/ ADESIVO ACRÍLICO HIPO-ALERGÊNICO. (COTA PRINCIPAL)	UND.	7.000
62	FITA ADESIVA HOSPITALAR, MICROPOROSA, NÃO TECIDO DE VISCOSE RAYON, BRANCA, 100 MM X 10 M, C/ ADESIVO ACRÍLICO HIPO-ALERGÊNICO. (COTA RESERVADA DO LOTE 61, LEI 123/06)	UND.	2.000
63	FITA ADESIVA HOSPITALAR, MICROPOROSA, NÃO TECIDO DE VISCOSE RAYON, BRANCA, 50 MM X 10 M, C/ ADESIVO ACRÍLICO HIPO-ALERGÊNICO. (LOTE EXCLUSIVO, LEI 123/06)	UND.	9.000
64	FITA ADESIVA HOSPITALAR, MICROPOROSA, NÃO TECIDO DE VISCOSE RAYON, BRANCA, 25 MM X 10 M, C/ ADESIVO ACRÍLICO HIPO-ALERGÊNICO. (LOTE EXCLUSIVO, LEI 123/06)	UND.	9.000
65	FITA ADESIVA HOSPITALAR 19 MM X 50 MT. (LOTE EXCLUSIVO, LEI 123/06)	UND.	3.000
66	FITA ADESIVA PARA AUTOCLAVE 19 MM X 30 MT. (LOTE EXCLUSIVO, LEI 123/06)	UND.	6.000
67	FORMOL 10% (1 LITRO). (LOTE EXCLUSIVO, LEI 123/06)	LITRO	36
68	FIXADOR CITOLÓGICO (REAGENTE PARA DIAGNÓSTICO CLÍNICO, SOLUÇÃO PARA FIXAÇÃO DE LÂMINA, À BASE DE ÁLCOOL ETÍLICO E POLIETILENOGLICOL) SPRAY 100 ML. (LOTE EXCLUSIVO, LEI 123/06)	FRASCO	3.600
69	FRALDA DESCARTÁVEL, ADULTO, P, DIURNO E NOTURNO. (COTA PRINCIPAL)	UND.	270.000
70	FRALDA DESCARTÁVEL, ADULTO, P, DIURNO E NOTURNO. (COTA RESERVADA DO LOTE 69, LEI 123/06)	UND.	90.000
71	FRALDA DESCARTÁVEL, ADULTO, EG, DIURNO E NOTURNO. (COTA PRINCIPAL)	UND.	180.000
72	FRALDA DESCARTÁVEL, ADULTO, EG, DIURNO E NOTURNO. (COTA RESERVADA DO LOTE 71, LEI 123/06)	UND.	60.000
73	FRALDA DESCARTÁVEL, ADULTO, G, DIURNO E NOTURNO. (COTA PRINCIPAL)	UND.	270.000
74	FRALDA DESCARTÁVEL, ADULTO, G, DIURNO E NOTURNO. (COTA RESERVADA DO LOTE 73, LEI 123/06)	UND.	90.000
75	FRALDA DESCARTÁVEL, ADULTO, M, DIURNO E NOTURNO. (COTA PRINCIPAL)	UND.	90.000
76	FRALDA DESCARTÁVEL, ADULTO, M, DIURNO E NOTURNO. (COTA RESERVADA DO LOTE 75, LEI 123/06)	UND.	30.000
77	FRALDA DESCARTÁVEL, PEDIÁTRICA, TAMANHO P. (COTA PRINCIPAL)	UND.	90.000



ESTADO DE ALAGOAS
MUNICÍPIO DE SANTANA DO IPANEMA
DIRETORIA DE LICITAÇÕES E CONTRATOS PÚBLICOS

78	FRALDA DESCARTÁVEL, PEDIÁTRICA, TAMANHO P. (COTA RESERVADA DO LOTE 77, LEI 123/06)	UND.	30.000
79	FRALDA DESCARTÁVEL, PEDIÁTRICA, TAMANHO M. (COTA PRINCIPAL)	UND.	270.000
80	FRALDA DESCARTÁVEL, PEDIÁTRICA, TAMANHO M. (COTA RESERVADA DO LOTE 79, LEI 123/06)	UND.	90.000
81	FRALDA DESCARTÁVEL, PEDIÁTRICA, TAMANHO G. (COTA PRINCIPAL)	UND.	270.000
82	FRALDA DESCARTÁVEL, PEDIÁTRICA, TAMANHO G. (COTA RESERVADA DO LOTE 81, LEI 123/06)	UND.	90.000
83	FRALDA DESCARTÁVEL, PEDIÁTRICA, TAMANHO XXG. (COTA PRINCIPAL)	UND.	180.000
84	FRALDA DESCARTÁVEL, PEDIÁTRICA, TAMANHO XXG. (COTA RESERVADA DO LOTE 83, LEI 123/06)	UND.	60.000
85	FRALDA DESCARTÁVEL, EXTRA GG OU XG, INFANTIL. (COTA PRINCIPAL)	UND.	270.000
86	FRALDA DESCARTÁVEL, EXTRA GG OU XG, INFANTIL. (COTA RESERVADA DO LOTE 85, LEI 123/06)	UND.	90.000
87	GARROTE Nº 200, LÁTEX, (PACOTE COM 15 M). (LOTE EXCLUSIVO, LEI 123/06)	PACOTE	60
88	GEL CONDUTOR PARA ELETROCARDIOGRAFIA 1 KG. (LOTE EXCLUSIVO, LEI 123/06)	KG	1.200
89	GEL PARA ULTRASSOM 1 KG. (LOTE EXCLUSIVO, LEI 123/06)	LITRO	3.000
90	INFUSOR 2 VIAS. (LOTE EXCLUSIVO, LEI 123/06)	UND.	2.000
91	LÂMINA BISTURI, AÇO CARBONO, Nº 15, DESCARTÁVEL, ESTÉRIL, EMBALADA INDIVIDUALMENTE. (LOTE EXCLUSIVO, LEI 123/06)	UND.	50.000
92	LÂMINA BISTURI, AÇO CARBONO, Nº 20, DESCARTÁVEL, ESTÉRIL, EMBALADA INDIVIDUALMENTE. (LOTE EXCLUSIVO, LEI 123/06)	UND.	50.000
93	LÂMINA BISTURI, AÇO CARBONO, Nº 21, DESCARTÁVEL, ESTÉRIL, EMBALADA INDIVIDUALMENTE. (LOTE EXCLUSIVO, LEI 123/06)	UND.	50.000
94	LÂMINA BISTURI, AÇO CARBONO, Nº 24, DESCARTÁVEL, ESTÉRIL, EMBALADA INDIVIDUALMENTE. (LOTE EXCLUSIVO, LEI 123/06)	UND.	120.000
95	LÂMINA MICROSCÓPIO, VIDRO, FOSCA CORTADA, 76 MM, 26 MM. (COTA PRINCIPAL)	UND.	450.000
96	LÂMINA MICROSCÓPIO, VIDRO, FOSCA CORTADA, 76 MM, 26 MM. (COTA RESERVADA DO LOTE 95, LEI 123/06)	UND.	150.000
97	LANCETA, AUTOMÁTICA, ACIONAMENTO POR CONTATO, ESPESSURA FINA PARA PUNÇÃO INDOLOR, PUNÇÃO CONSISTENTE, ATENDE AOS CRITÉRIOS DE SEGURANÇA NE 32,	UND.	900.000



ESTADO DE ALAGOAS
MUNICÍPIO DE SANTANA DO IPANEMA
DIRETORIA DE LICITAÇÕES E CONTRATOS PÚBLICOS

	ATÓXICO E APIROGÊNICO, ESTÉRIL, FABRICADO EM AÇO INOXIDÁVEL E ABS, PRODUTO DE USO ÚNICO. (COTA PRINCIPAL)		
98	LANCETA, AUTOMÁTICA, ACIONAMENTO POR CONTATO, ESPESSURA FINA PARA PUNÇÃO INDOLOR, PUNÇÃO CONSISTENTE, ATENDE AOS CRITÉRIOS DE SEGURANÇA NE 32, ATÓXICO E APIROGÊNICO, ESTÉRIL, FABRICADO EM AÇO INOXIDÁVEL E ABS, PRODUTO DE USO ÚNICO. (COTA RESERVADA DO LOTE 97, LEI 123/06)	UND.	300.000
99	LENÇOL DESCARTÁVEL, PAPEL, 70 CM DE LARGURA, 50M DE COMPRIMENTO, ROLO. (LOTE EXCLUSIVO, LEI 123/06)	UND.	3.000
100	LUGOL PARA GRAM 0,3%/0,7%KI, FRASCO COM 500 ML. (LOTE EXCLUSIVO, LEI 123/06)	FRASCO	36
101	LUVA CIRÚRGICA, LÁTEX NATURAL, 7, ESTÉRIL, COMPRIMENTO MÍNIMO DE 28CM, LUBRIFICADA C/ PÓ BIOABSORVÍVEL, ATÓXICA, DESCARTÁVEL, ANATÔMICO, ANTIDERRAPANTE, CONFORME NORMA ABNT C/ ABERTURA ASSÉPTICA. (LOTE EXCLUSIVO, LEI 123/06)	PAR	8.000
102	LUVA CIRÚRGICA, LÁTEX NATURAL, 7,50, ESTÉRIL, COMPRIMENTO MÍNIMO DE 28CM, LUBRIFICADA C/ PÓ BIOABSORVÍVEL, ATÓXICA, DESCARTÁVEL, ANATÔMICO, ANTIDERRAPANTE, CONFORME NORMA ABNT C/ ABERTURA ASSÉPTICA. (LOTE EXCLUSIVO, LEI 123/06)	PAR	14.000
103	LUVA CIRÚRGICA, LÁTEX NATURAL, 8, ESTÉRIL, COMPRIMENTO MÍNIMO DE 28CM, LUBRIFICADA C/ PÓ BIOABSORVÍVEL, ATÓXICA, DESCARTÁVEL, ANATÔMICO, ANTIDERRAPANTE, CONFORME NORMA ABNT C/ ABERTURA ASSÉPTICA. (LOTE EXCLUSIVO, LEI 123/06)	PAR	8.000
104	LUVA PARA PROCEDIMENTO NÃO CIRÚRGICO, EXTRAPEQUENA, LÁTEX NATURAL, COM PÓ BIOABSORVÍVEL (CAIXA COM 100 UNIDADES). (LOTE EXCLUSIVO, LEI 123/06)	CX	4.800
105	LUVA PARA PROCEDIMENTO NÃO CIRÚRGICO, GRANDE, LÁTEX NATURAL, COM PÓ BIOABSORVÍVEL (CAIXA COM 100 UNIDADES). (COTA PRINCIPAL)	CX	4.500
106	LUVA PARA PROCEDIMENTO NÃO CIRÚRGICO, GRANDE, LÁTEX NATURAL, COM PÓ BIOABSORVÍVEL (CAIXA COM 100 UNIDADES). (COTA RESERVADA DO LOTE 105, LEI 123/06)	CX	1.500
107	LUVA PARA PROCEDIMENTO NÃO CIRÚRGICO, LÁTEX NATURAL ÍNTEGRO E UNIFORME, MÉDIO, COM PÓ, AMBIDESTRA (CAIXA COM 100 UNIDADES). (COTA PRINCIPAL)	CX	9.000
108	LUVA PARA PROCEDIMENTO NÃO CIRÚRGICO, LÁTEX NATURAL ÍNTEGRO E UNIFORME, MÉDIO, COM PÓ, AMBIDESTRA (CAIXA COM 100 UNIDADES). (COTA RESERVADA DO LOTE 107, LEI 123/06)	CX	3.000



ESTADO DE ALAGOAS
MUNICÍPIO DE SANTANA DO IPANEMA
DIRETORIA DE LICITAÇÕES E CONTRATOS PÚBLICOS

109	LUVA PARA PROCEDIMENTO NÃO CIRÚRGICO, LÁTEX NATURAL ÍNTEGRO E UNIFORME, PEQUENO, ATÓXICA, COM PÓ, AMBIDESTRA, DESCARTÁVEL, FORMATO ANATÔMICO, RESISTENTE À TRAÇÃO (CAIXA COM 100 UNIDADES). (COTA PRINCIPAL)	CX	12.000
110	LUVA PARA PROCEDIMENTO NÃO CIRÚRGICO, LÁTEX NATURAL ÍNTEGRO E UNIFORME, PEQUENO, ATÓXICA, COM PÓ, AMBIDESTRA, DESCARTÁVEL, FORMATO ANATÔMICO, RESISTENTE À TRAÇÃO (CAIXA COM 100 UNIDADES). (COTA RESERVADA DO LOTE 109, LEI 123/06)	CX	2.000
111	MÁSCARA CIRÚRGICA, NÃO TECIDO, 3 CAMADAS, PREGAS HORIZONTAIS, ATÓXICA, COM ELÁSTICO, CLIP NASAL EMBUTIDO, HIPOALERGÊNICA, BRANCA, DESCARTÁVEL, CX C/50 UND. (LOTE EXCLUSIVO, LEI 123/06)	CX	8.000
112	MÁSCARA DE PROTEÇÃO RESPIRATÓRIA, RESPIRADOR PFF-2 (S) PARA RISCOS BIOLÓGICOS, 3M 9920H. (LOTE EXCLUSIVO, LEI 123/06)	UND.	2.000
113	MÁSCARA NEBULIZAÇÃO E TUBO EXTENSOR, INFANTIL, TRANSPARENTE, 150 CM, MÁSCARA COM AJUSTE ANATÔMICO E ATÓXICA. (LOTE EXCLUSIVO, LEI 123/06)	UND.	1.000
114	MÁSCARA NEBULIZAÇÃO E TUBO EXTENSOR, ADULTO, TRANSPARENTE, 150 CM, MÁSCARA COM AJUSTE ANATÔMICO E ATÓXICA. (LOTE EXCLUSIVO, LEI 123/06)	UND.	1.000
115	MONITOR DE GLICEMIA ATÉ 600 MG/DL, ATÉ 10 S, 250 A 500 TESTES (QUE SEJA APARELHO TIPO ON CALL PORQUE SÃO OS QUE FORNECEMOS AOS PACIENTES DO MUNICÍPIO) . (COTA PRINCIPAL)	UND.	3.000
116	MONITOR DE GLICEMIA ATÉ 600 MG/DL, ATÉ 10 S, 250 A 500 TESTES (QUE SEJA APARELHO TIPO ON CALL PORQUE SÃO OS QUE FORNECEMOS AOS PACIENTES DO MUNICÍPIO) . (COTA RESERVADA DO LOTE 115, LEI 123/06)	UND.	1.000
117	PAPEL GRAU CIRÚRGICO, 30 CM X 100 M. (COTA PRINCIPAL)	UND.	3.000
118	PAPEL GRAU CIRÚRGICO, 30 CM X 100 M. (COTA RESERVADA DO LOTE 117, LEI 123/06)	UND.	1.000
119	PROTETOR SOLAR FPS 50 CREME 120G. (LOTE EXCLUSIVO, LEI 123/06)	UND.	3.000
120	SERINGA 20 ML POLIPROPILENO, LUER SLIP, AGULHA 25 MM X 7 MM BISEL TRIFACETADO. (LOTE EXCLUSIVO, LEI 123/06)	UND.	50.000
121	SERINGA 3 ML POLIPROPILENO + AGULHA 25 MM X 7 MM BISEL TRIFACETADO. (LOTE EXCLUSIVO, LEI 123/06)	UND.	80.000
122	SERINGA 5 ML POLIPROPILENO+ AGULHA 25 X 7 MM, BISEL TRIFACETADO. (LOTE EXCLUSIVO, LEI 123/06)	UND.	80.000
123	SERINGA PARA INSULINA, 1 ML, APIROGÊNICA E ATÓXICA, 100	UND.	80.000



ESTADO DE ALAGOAS
MUNICÍPIO DE SANTANA DO IPANEMA
DIRETORIA DE LICITAÇÕES E CONTRATOS PÚBLICOS

	UI COM BOA VISUALIZAÇÃO, DESCARTÁVEL, ESTÉRIL, AGULHA 13 X 4,5. (LOTE EXCLUSIVO, LEI 123/06)		
124	SERINGA, POLIPROPILENO TRANSPARENTE, 10 ML, COM SISTEMA SEGURANÇA SEGUNDO NR/32, IMPRESSÃO LEGÍVEL E PERMANENTE, GRADUAÇÃO MÁXIMA 0,2 EM 0,2 ML, NUMERADA, C/ AGULHA 25 X 0,7 MM, BISEL TRIFACETADO, PROTETOR PLÁSTICO, DESCARTÁVEL, ESTÉRIL. (LOTE EXCLUSIVO, LEI 123/06)	UND.	120.000
125	SONDA BOTTON MIC-KEY PARA GASTROSTOMIA 20 FRENCH. (LOTE EXCLUSIVO, LEI 123/06)	UND.	50
126	SONDA BOTTON MIC-KEY PARA GASTROSTOMIA 24 FRENCH. (LOTE EXCLUSIVO, LEI 123/06)	UND.	50
127	SONDA FOLEY Nº 16, 2 VIAS, BALÃO 30 ML, LÁTEX SILICONIZADO, VÁLVULA BORRACHA P/TODAS AS SERINGAS, FUNIL DRENAGEM C/CONEXÃO PADRÃO A COLETORES. (LOTE EXCLUSIVO, LEI 123/06)	UND.	1.500
128	SONDA FOLEY Nº 18, 2 VIAS, BALÃO 30 ML, LÁTEX SILICONIZADO, VÁLVULA BORRACHA P/TODAS AS SERINGAS, FUNIL DRENAGEM C/CONEXÃO PADRÃO A COLETORES. (LOTE EXCLUSIVO, LEI 123/06)	UND.	1.500
129	SONDA FOLEY Nº20, 3 VIAS, BALÃO 30 ML, LÁTEX SILICONIZADO, VÁLVULA BORRACHA P/ AS SERINGAS, FUNIL DRENAGEM C /CONEXÃO PADRÃO A COLETORES. (LOTE EXCLUSIVO, LEI 123/06)	UND.	1.000
130	SONDA FOLEY Nº22, 2 VIAS, BALÃO 30 ML, LÁTEX SILICONIZADO, VÁLVULA BORRACHA P/ AS SERINGAS, FUNIL DRENAGEM C /CONEXÃO PADRÃO A COLETORES. (LOTE EXCLUSIVO, LEI 123/06)	UND.	1.000
131	SONDA NASOGÁSTRICA, POLIVINIL FLEXÍVEL, TRANSPARENTE, Nº 18, ATÓXICA, ATRAUMÁTICA, ESTÉRIL E DESCARTÁVEL, 120 CM. (LOTE EXCLUSIVO, LEI 123/06)	UND.	500
132	SONDA NASOGÁSTRICA, PVC FLEXÍVEL, LEVINE LONGA, C/ORIFÍCIO NA EXTREMIDADE DISTAL, Nº 16, ATÓXICA, ATRAUMÁTICA, ESTÉRIL, DESCARTÁVEL, SILICONIZADA, EMB.IND. (LOTE EXCLUSIVO, LEI 123/06)	UND.	500
133	SONDA PARA GASTROSTOMIA DE SILICONE PARA ALIMENTAÇÃO,16 FR/CH COM BALÃO 20CC, ESTÉRIL. (COTA PRINCIPAL)	UND.	800
134	SONDA PARA GASTROSTOMIA DE SILICONE PARA ALIMENTAÇÃO,16 FR/CH COM BALÃO 20CC, ESTÉRIL. (COTA RESERVADA DO LOTE 133, LEI 123/06)	UND.	200
135	SONDA PARA GASTROSTOMIA DE SILICONE PARA ALIMENTAÇÃO,20 FR/CH COM BALÃO 20CC, ESTÉRIL. (COTA	UND.	800



ESTADO DE ALAGOAS
MUNICÍPIO DE SANTANA DO IPANEMA
DIRETORIA DE LICITAÇÕES E CONTRATOS PÚBLICOS

	PRINCIPAL)		
136	SONDA PARA GASTROSTOMIA DE SILICONE PARA ALIMENTAÇÃO, 20 FR/CH COM BALÃO 20CC, ESTÉRIL. (COTA RESERVADA DO LOTE 135, LEI 123/06)	UND.	200
137	SONDA PARA GASTROSTOMIA DE SILICONE PARA ALIMENTAÇÃO, 24 FR/CH COM BALÃO 20CC, ESTÉRIL. (COTA PRINCIPAL)	UND.	800
138	SONDA PARA GASTROSTOMIA DE SILICONE PARA ALIMENTAÇÃO, 24 FR/CH COM BALÃO 20CC, ESTÉRIL. (COTA RESERVADA DO LOTE 137, LEI 123/06)	UND.	200
139	SONDA URETRAL Nº 10, SILICONE, ESTÉRIL. (LOTE EXCLUSIVO, LEI 123/06)	UND.	8.000
140	SONDA URETRAL Nº 12, SILICONE, ESTÉRIL. (LOTE EXCLUSIVO, LEI 123/06)	UND.	20.000
141	SONDA, BORRACHA, PEZZER, Nº 14, 2 UN, GASTROSTOMIA, DESCARTÁVEL, ESTÉRIL. (LOTE EXCLUSIVO, LEI 123/06)	UND.	1.000
142	SWAB ESTÉRIL, TIPO COTONOTE, PARA COLETA DE EXAMES. (LOTE EXCLUSIVO, LEI 123/06)	UND.	5.000
143	TERMÔMETRO CLÍNICO, DIGITAL, PONTA FLEXÍVEL BORRACHA, AUTODESLIGA, RESISTENTE À ÁGUA. (LOTE EXCLUSIVO, LEI 123/06)	UND.	1.500
144	TERMÔMETRO CLÍNICO, PLÁSTICO, DIGITAL, 1 S, AURICULAR E TESTA, BATERIA, SENSOR INFRAVERMELHO, DESLIGA AUTOMÁTICO. (COTA PRINCIPAL)	UND.	1.500
145	TERMÔMETRO CLÍNICO, PLÁSTICO, DIGITAL, 1 S, AURICULAR E TESTA, BATERIA, SENSOR INFRAVERMELHO, DESLIGA AUTOMÁTICO. (COTA RESERVADA DO LOTE 144, LEI 123/06)	UND.	500
146	TIRA REAGENTE PARA MEDIR GLICEMIA CAPILAR. (QUE SEJA COMPATÍVEL AO APARELHO ON CALL PORQUE SÃO OS QUE FORNECEMOS AOS PACIENTES DO MUNICÍPIO). (COTA PRINCIPAL)	CAIXA	9.000
147	TIRA REAGENTE PARA MEDIR GLICEMIA CAPILAR. (QUE SEJA COMPATÍVEL AO APARELHO ON CALL PORQUE SÃO OS QUE FORNECEMOS AOS PACIENTES DO MUNICÍPIO). (COTA RESERVADA DO LOTE 146, LEI 123/06)	CAIXA	3.000
148	TIRA REAGENTE PARA MEDIR GLICEMIA CAPILAR. (QUE SEJA COMPATÍVEL AO APARELHO ACCU CHEK PORQUE SÃO OS QUE FORNECEMOS AOS PACIENTES DO MUNICÍPIO). (COTA PRINCIPAL)	CAIXA	6.000
149	TIRA REAGENTE PARA MEDIR GLICEMIA CAPILAR. (QUE SEJA COMPATÍVEL AO APARELHO ACCU CHEK PORQUE SÃO OS QUE FORNECEMOS AOS PACIENTES DO MUNICÍPIO). (COTA RESERVADA DO LOTE 148, LEI 123/06)	CAIXA	2.000



ESTADO DE ALAGOAS
MUNICÍPIO DE SANTANA DO IPANEMA
DIRETORIA DE LICITAÇÕES E CONTRATOS PÚBLICOS

150	TOUCA, DESCARTÁVEL, POLIPROPILENO, BRANCA, TAMANHO ÚNICO C/ ELÁSTICO (PACOTE COM 100 UNIDADES). (COTA PRINCIPAL)	PACOTE	90.000
151	TOUCA, DESCARTÁVEL, POLIPROPILENO, BRANCA, TAMANHO ÚNICO C/ ELÁSTICO (PACOTE COM 100 UNIDADES). (COTA RESERVADA DO LOTE 150, LEI 123/06)	PACOTE	30.000
152	APARELHO PORTÁTIL COLORÍMETRO CHECKER PARA MEDIÇÃO DE CLORO E LIVREHANNA, PARA VERIFICAR O CLORO LIVRE DA ÁGUA COM VISUALIZAÇÃO EM TEMPO REAL. (LOTE EXCLUSIVO, LEI 123/06)	UNIDADE	1
153	REAGENTE PARA MEDIDA DE CLORO LIVRE UTILIZADO NA ANÁLISE DE AMOSTRA DE ÁGUA, REAGENTE DPD EM PÓ, REF. ST-412. (LOTE EXCLUSIVO, LEI 123/06)	UNIDADE	10

1.2. Os itens objeto do registro de preços não se enquadram como sendo de bem de luxo, conforme Decreto Municipal nº 39/2023.

1.3. Os itens objeto do registro de preços são caracterizados como comuns, conforme justificativa constante do Estudo Técnico Preliminar.

1.4. O prazo de vigência da ata de registro de preços, contado a partir da publicação do extrato da ata no Portal Nacional de Contratações Públicas, será de 1 (um) ano, e poderá ser prorrogado, por igual período, desde que comprovado que as condições e o preço permanecem vantajosos.

1.5. O contrato oferece maior detalhamento das regras que serão aplicadas em relação à vigência da contratação.

1.6. Autorização específica do Ministério da Saúde para o exercício da atividade correspondente, expedida pela Agência Nacional de Vigilância Sanitária (ANVISA), acompanhada da respectiva publicação no Diário Oficial da União, e licenciamento do estabelecimento pelo órgão competente da Secretaria Estadual de Saúde do domicílio ou sede do licitante, com validade na data do certame, nos termos do Decreto nº 79.094/77.

2. FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

2.1. A Fundamentação do registro de preços e de seus quantitativos encontra-se pormenorizada em Tópico específico dos Estudo Técnico Preliminar, apêndice deste Termo de Referência.

3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO CONSIDERADO O CICLO DE VIDA DO OBJETO E ESPECIFICAÇÃO DO PRODUTO

3.1. A descrição da solução como um todo encontra-se pormenorizada em tópico específico do Estudo Técnico Preliminar, apêndice deste Termo de Referência.



ESTADO DE ALAGOAS
MUNICÍPIO DE SANTANA DO IPANEMA
DIRETORIA DE LICITAÇÕES E CONTRATOS PÚBLICOS

4. REQUISITOS DO OBJETO A SER REGISTRADO

- 4.1. Todos os produtos com validade mínima de 180 (cento e oitenta) dias, no ato do recebimento;
- 4.2. Padrões mínimos de qualidade, de forma a permitir a seleção da proposta mais vantajosa;
- 4.3. Comunicar à Contratante, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;
- 4.4. Informações sobre o horário de entrega das mercadorias: Segunda-feira a sexta-feira de 08:00 às 12:00, 14:00 às 17:00;
- 4.5. Efetuar a entrega do objeto em perfeitas condições, não sendo aceito caixas amassadas, pacotes rasgados, com rótulos ou embalagens danificadas e nem sujos;
- 4.6. As caixas deverão estar com os rótulos contendo prazo de validade de acordo com os critérios que a ANVISA (Agência Nacional de Vigilância Sanitária) estabelece;
- 4.7. O descarregamento será de responsabilidade da empresa CONTRATADA;
- 4.8. Em caso de desconformidade, serão recusados e notificados no ato do recebimento;
- 4.9. **Para os itens que indicarem MARCA justifica-se diante da necessidade dos pacientes em fazer uso do produto não podendo ser aceito outra marca senão a solicitada.**

Subcontratação

- 4.10. Não é admitida a subcontratação do objeto contratual.

Garantia da contratação

- 4.11. Não haverá exigência da garantia da contratação dos artigos 96 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021, pelas razões constantes do Estudo Técnico Preliminar.

5. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

Condições de Entrega

- 5.1. O prazo de entrega dos bens é de **5 (cinco) dias**, contados da solicitação, em remessa especificada no referido pedido.
- 5.2. Os bens deverão ser entregues no seguinte endereço Praça São Cristóvão, s/n, Bairro Camuxinga, CEP 57.510-000, Santana do Ipanema/AL.

6. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO

- 6.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.



ESTADO DE ALAGOAS
MUNICÍPIO DE SANTANA DO IPANEMA
DIRETORIA DE LICITAÇÕES E CONTRATOS PÚBLICOS

6.2. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.

6.3. As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

6.4. O órgão ou entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

6.5. A fiscalização da contratação será exercida pelo servidor **Fellype Bruno Barbosa Souza, Diretor Administrativo, CPF nº 117.316.424-31**, designado gestor, a quem competirá dirimir as dúvidas que surgirem no curso da execução do contrato, e de tudo dará ciência à Administração.

6.6. O fiscal do contrato acompanhará a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração;

6.6.1. O fiscal do contrato anotar no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados.

6.6.2. Identificada qualquer inexistência ou irregularidade, o fiscal do contrato emitirá notificações para a correção da execução do contrato, determinando prazo para a correção.

6.6.3. O fiscal do contrato informará ao gestor do contrato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso.

6.6.4. No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprezadas, o fiscal técnico do contrato comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato.

6.6.5. O fiscal do contrato comunicará ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à renovação tempestiva ou à prorrogação contratual.

6.7. O fiscal do contrato verificará a manutenção das condições de habilitação da contratada, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário.

6.7.1. Caso ocorram descumprimento das obrigações contratuais, o fiscal do contrato atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao gestor do contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência;

6.8. O gestor do contrato coordenará a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização do contrato contendo todos os registros formais da execução no histórico de gerenciamento do contrato, a exemplo da ordem de serviço, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, elaborando relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do contrato para fins de atendimento da finalidade da administração.

6.8.1. O gestor do contrato acompanhará a manutenção das condições de habilitação da contratada, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotar os problemas que



ESTADO DE ALAGOAS
MUNICÍPIO DE SANTANA DO IPANEMA
DIRETORIA DE LICITAÇÕES E CONTRATOS PÚBLICOS

obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais.

6.8.2. O gestor do contrato emitirá documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pelo contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado nos indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações.

6.8.3. O gestor do contrato tomará providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso.

6.9. O fiscal do contrato comunicará ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à tempestiva renovação ou prorrogação contratual.

6.10. O gestor do contrato deverá elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração.

6.11. O gestor do contrato deverá enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão nos termos do contrato.

7. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E DE PAGAMENTO

Recebimento do Objeto

7.1. Os bens serão recebidos provisoriamente, de forma sumária, no ato da entrega, juntamente com a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, pelo(a) responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta.

7.2. Os bens poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, inclusive antes do recebimento provisório, quando em desacordo com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos no prazo de 02 (dois) dias, a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

7.3. O recebimento definitivo ocorrerá no prazo de 10 (dez) dias úteis, a contar do recebimento da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente pela Administração, após a verificação da qualidade e quantidade do material e consequente aceitação mediante termo detalhado.

7.4. Para as contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021, o prazo máximo para o recebimento definitivo será de até 10 (dez) dias úteis.

7.5. O prazo para recebimento definitivo poderá ser excepcionalmente prorrogado, de forma justificada, por igual período, quando houver necessidade de diligências para a aferição do atendimento das exigências contratuais.

7.6. No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021, comunicando-se à



ESTADO DE ALAGOAS
MUNICÍPIO DE SANTANA DO IPANEMA
DIRETORIA DE LICITAÇÕES E CONTRATOS PÚBLICOS

empresa para emissão de Nota Fiscal no que pertine à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.

7.7. O prazo para a solução, pelo contratado, de inconsistências na execução do objeto ou de saneamento da nota fiscal ou de instrumento de cobrança equivalente, verificadas pela Administração durante a análise prévia à liquidação de despesa, não será computado para os fins do recebimento definitivo.

7.8. O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança do serviço nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

Liquidação

7.9. Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de dez dias úteis para fins de liquidação, na forma desta seção, prorrogáveis por igual período.

7.10. O prazo de que trata o item anterior será reduzido à metade, mantendo-se a possibilidade de prorrogação, no caso de contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021.

7.11. Para fins de liquidação, o setor competente deverá verificar se a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente apresentado expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

- a)** o prazo de validade;
- b)** a data da emissão;
- c)** os dados do contrato e do órgão contratante;
- d)** o período respectivo de execução do contrato;
- e)** o valor a pagar; e
- f)** eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

7.12. Havendo erro na apresentação da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus ao contratante;

7.13. A nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente deverá ser obrigatoriamente acompanhado da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 68 da Lei nº 14.133, de 2021.

7.14. A Administração deverá realizar consulta ao SICAF para: a) verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital; b) identificar possível razão que impeça a participação



ESTADO DE ALAGOAS
MUNICÍPIO DE SANTANA DO IPANEMA
DIRETORIA DE LICITAÇÕES E CONTRATOS PÚBLICOS

em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, que implique proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas.

7.15. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do contratante.

7.16. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

7.17. Persistindo a irregularidade, o contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao contratado a ampla defesa.

7.18. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso o contratado não regularize sua situação junto ao SICAF.

Prazo de pagamento

7.19. O pagamento será efetuado no prazo de até 10 (dez) dias úteis contados da finalização da liquidação da despesa, conforme seção anterior.

7.20. No caso de atraso pelo Contratante, os valores devidos ao contratado serão atualizados monetariamente entre o termo final do prazo de pagamento até a data de sua efetiva realização, mediante aplicação do índice IGPM de correção monetária.

Forma de pagamento

7.21. O pagamento será realizado por meio de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo contratado.

7.22. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

7.23. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

7.23.1. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

7.24. O contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.



ESTADO DE ALAGOAS
MUNICÍPIO DE SANTANA DO IPANEMA
DIRETORIA DE LICITAÇÕES E CONTRATOS PÚBLICOS

8. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR

Forma de seleção e critério de julgamento da proposta

8.1. O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de LICITAÇÃO, na modalidade PREGÃO, sob a forma ELETRÔNICA, com adoção do critério de julgamento pelo MENOR PREÇO.

Exigências de habilitação

8.2. Para fins de habilitação, deverá o licitante comprovar os seguintes requisitos:

Habilitação jurídica

8.3. Pessoa física: cédula de identidade (RG) ou documento equivalente que, por força de lei, tenha validade para fins de identificação em todo o território nacional;

8.4. Empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

8.5. Microempreendedor Individual - MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>;

8.6. Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

8.7. Sociedade empresária estrangeira: portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede.

8.8. Sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

8.9. Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária: inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz

8.10. Sociedade cooperativa: ata de fundação e estatuto social, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, além do registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 16 de dezembro 1971.

8.11. Agricultor familiar: Declaração de Aptidão ao Pronaf – DAP ou DAP-P válida, ou, ainda, outros documentos definidos pela Secretaria Especial de Agricultura Familiar e do Desenvolvimento Agrário, nos termos do art. 4º, §2º do Decreto nº 10.880, de 2 de dezembro de 2021.

8.12. Produtor Rural: matrícula no Cadastro Específico do INSS – CEI, que comprove a qualificação como produtor rural pessoa física, nos termos da Instrução Normativa RFB n. 971, de 13 de novembro de 2009 (arts. 17 a 19 e 165).



ESTADO DE ALAGOAS
MUNICÍPIO DE SANTANA DO IPANEMA
DIRETORIA DE LICITAÇÕES E CONTRATOS PÚBLICOS

8.13. Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

Habilitação fiscal, social e trabalhista

8.14. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;

8.15. Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.

8.16. Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);

8.17. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;

8.18. Prova de inscrição no cadastro de contribuintes Estadual/Distrital relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

8.19. Prova de regularidade com a Fazenda Estadual do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;

8.20. Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos Estadual relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.

8.21. O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n. 123, de 2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.

Qualificação Econômico-Financeira

8.22. Certidão negativa de falência ou insolvência civil expedida pelo distribuidor do domicílio ou sede do licitante, dentro do prazo de validade previsto na própria certidão, ou, na omissão desta, expedida a menos de 60 (sessenta) dias contados da data da sua apresentação;

8.23. Índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), superiores a 1 (um), comprovados mediante a apresentação pelo licitante de balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis dos 2 (dois) últimos exercícios sociais e obtidos pela aplicação das seguintes fórmulas:

8.24. I - Liquidez Geral (LG) = $(\text{Ativo Circulante} + \text{Realizável a Longo Prazo}) / (\text{Passivo Circulante} + \text{Passivo Não Circulante})$;

8.24.1. II - Solvência Geral (SG) = $(\text{Ativo Total}) / (\text{Passivo Circulante} + \text{Passivo não Circulante})$; e

8.24.2. III - Liquidez Corrente (LC) = $(\text{Ativo Circulante}) / (\text{Passivo Circulante})$.

8.25. Declaração assinada por profissional habilitado da área contábil que ateste a boa situação financeira do licitante, conforme o índice exigido no termo de referência.



ESTADO DE ALAGOAS
MUNICÍPIO DE SANTANA DO IPANEMA
DIRETORIA DE LICITAÇÕES E CONTRATOS PÚBLICOS

8.26. As empresas que apresentarem resultado inferior a 1 (um) em qualquer dos índices, deverão comprovar o capital social mínimo equivalente a 10% (dez por cento) do valor total ofertado

8.27. As empresas criadas no exercício financeiro da licitação deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura.

8.28. O balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis limitar-se-ão ao último exercício no caso de a pessoa jurídica ter sido constituída há menos de 2 (dois) anos.

Qualificação Técnica

8.29. Comprovação de aptidão para o fornecimento de bens similares de complexidade equivalente ou superior com o objeto desta contratação, ou com o item pertinente, por meio da apresentação de certidões ou atestados, por pessoas jurídicas de direito público ou privado.

8.30. Caso admitida a participação de cooperativas, será exigida a seguinte documentação complementar:

8.30.1. A relação dos cooperados que atendem aos requisitos técnicos exigidos para a contratação e que executarão o contrato, com as respectivas atas de inscrição e a comprovação de que estão domiciliados na localidade da sede da cooperativa, respeitado o disposto nos arts. 4º, inciso XI, 21, inciso I e 42, §§2º a 6º da Lei n. 5.764, de 1971;

8.30.2. A declaração de regularidade de situação do contribuinte individual – DRSCI, para cada um dos cooperados indicados;

8.30.3. A comprovação do capital social proporcional ao número de cooperados necessários à prestação do serviço;

8.30.4. O registro previsto na Lei n. 5.764, de 1971, art. 107;

8.30.5. A comprovação de integração das respectivas quotas-partes por parte dos cooperados que executarão o contrato; e

8.30.6. Os seguintes documentos para a comprovação da regularidade jurídica da cooperativa: a) ata de fundação; b) estatuto social com a ata da assembleia que o aprovou; c) regimento dos fundos instituídos pelos cooperados, com a ata da assembleia; d) editais de convocação das três últimas assembleias gerais extraordinárias; e) três registros de presença dos cooperados que executarão o contrato em assembleias gerais ou nas reuniões seccionais; e f) ata da sessão que os cooperados autorizaram a cooperativa a contratar o objeto da licitação;

8.30.7. A última auditoria contábil-financeira da cooperativa, conforme dispõe o art. 112 da Lei n. 5.764, de 1971, ou uma declaração, sob as penas da lei, de que tal auditoria não foi exigida pelo órgão fiscalizador.

9. ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

9.1. O custo estimado da contratação possui caráter sigiloso e será tornado público apenas e imediatamente após o julgamento das propostas.

9.2. A estimativa de custo levou em consideração o risco envolvido na contratação e sua alocação entre contratante e contratado, conforme especificado na matriz de risco constante do Contrato.



ESTADO DE ALAGOAS
MUNICÍPIO DE SANTANA DO IPANEMA
DIRETORIA DE LICITAÇÕES E CONTRATOS PÚBLICOS

10. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

10.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Geral do Município de Santana do Ipanema/AL.

10.2. A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.